

ELLEN F. WOORTMANN

HERDEIROS, PARENTES E COMPADRES

Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste



HUCITEC



Edunb

São Paulo-Brasília, 1995

© Direitos autorais, 1994, de Ellen Fensterseifer Woortmann. Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda., Rua Gil Eanes, 713 - 04601-042 São Paulo, Brasil. Telefones: (011) 543-0653 e 530-9208. Fac-símile: (011) 535 4187.

ISBN 85.271.0276.5 — Hucitec
Foi feito o depósito legal.

ROMANCE DE PRIMOS E PRIMAS

Carlos Drummond de Andrade
(Boitempo — III)

*A prima nasce para o primo
O casamento foi marcado
no ato mesmo da concepção
Entre os primos é eleito o primo
que melhor convém ao tratado.
Sem exclusão dos demais primos
perfilados todos à espera
de chamada se a vida muda.*

*Assim nascem todas as primas,
destinadas a matrimônio
do outro lado da mesma rua.
Os sobradões se comunicam
em passarelas de interesses
da vasta empresa de família
que abrangem bois, terras, apólices,
paióis de milho e tradição.*

*Serão múltiplas as primas
a primos árdegos unidas.
À noite, no maior recato,
apagado o lampião, arquejos
não consumados nas gargantas,
contribuirão para a grandeza
do eterno tronco familiar
bem mais valioso que as pessoas.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, Roque de Barros Laraia 11

INTRODUÇÃO 15

PRIMEIRA PARTE

TEORIAS DO CAMPESINATO E TEORIAS DO PARENTESCO

Teorias do Campesinato 29

Teorias do Parentesco 67

SEGUNDA PARTE

OS COLONOS DO SUL

Os Colonos do Sul 97

A Emigração e as Colônias 101

Árvore, Sangue, Casa e Keim 129

O Casamento e a Herança 157

Padrinhos e Nomes 199

TERCEIRA PARTE

OS SITIANTES DO NORDESTE

Os Sítiantes do Nordeste 217

Sítiantes e Pecuáristas: Uma História de Conflitos 219

O Sítio: Descendência e Lugar 241

Casamento e Herança no Sítio 257

Compadres, Padrinhos e Nomes 285

CONCLUSÃO 311

BIBLIOGRAFIA 329

APRESENTAÇÃO

Tradicionalmente, na Antropologia brasileira, a família camponesa tem sido estudada como uma unidade de produção e de consumo. O seu estudo como uma instituição importante para a regulamentação do comportamento e da preservação de valores culturais é o objetivo do trabalho de Ellen Fensterseifer Woortmann, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Nesta orientação ela foi precedida entre nós apenas por Margarida Maria Moura (1978) e Giralda Seyferth (1985). O que distingue o seu trabalho das duas antecessoras é a excelente utilização do método comparativo. Método este que tornou próximos dois segmentos rurais que, à primeira vista, nos parecem tão distantes geográfica quanto culturalmente. Os habitantes de Lagoa da Mata, em Sergipe, e os da colônia teuto-brasileira de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul, como o leitor poderá perceber, apresentam notáveis semelhanças. A Autora, neste trabalho que foi originariamente apresentado como tese de doutoramento na Universidade de Brasília, demonstra que apesar das diferenciações étnicas evidencia-se uma identidade entre sistemas rurais capazes de desenvolverem mecanismos que visam a obtenção de uma maior resistência cultural que lhes permite a sobrevivência em um mundo em constante transformação.

Tanto em Lagoa da Mata como na Colônia sulista, as instituições do casamento e da herança — a exemplo do que ocorre em outros grupos camponeses — apresentam características que são exclusivas do mun-

do rural. O casamento não pode ser visto apenas como uma maneira de assegurar a reprodução social. O seu objetivo maior é o da preservação do patrimônio representado pela terra. É este objetivo que norteia as regras de escolha dos cônjuges. "Os indivíduos podem pensar que se casam 'com quem gostaram', mas geralmente realizam, por sua 'escolha', o casamento que melhor reproduz o grupo." Ao contrário do que acontece no mundo urbano ocidental, o amor romântico aparece como um elemento perturbador, dissociado no principal objetivo do grupo, sendo considerado como essencialmente perigoso e, portanto, necessitando de controle. Mais do que a situação dos interesses dos noivos, o casamento é visto como uma conjunção de interesses que levam em consideração os bens envolvidos.

A necessidade da preservação do patrimônio rural encontra uma grande dificuldade em função do código civil brasileiro, que considera como herdeiros — com os mesmos direitos — todos os filhos resultantes do casamento. A aplicação irrestrita deste preceito legal levaria a terra camponesa a uma fragmentação que chegaria à pulverização, em muito poucas gerações. O conhecimento dos artifícios criados por um direito consuetudinário, estudados por Moura (1978) em uma região rural do Sul de Minas, é ampliado pelo trabalho de Ellen F. Woortmann. Ela nos mostra que, tanto em Dois Irmãos como em Lagoa da Mata, foram criadas práticas que privilegiam a um dos herdeiros: a ultimogenitura é a regra de Dois Irmãos e a primogenitura a de Lagoa da Mata. Em ambos os casos, a mulher é constrangida a vender a sua parte para o irmão, "em troca de dinheiro, que será empregado por seu marido para comprar terra, provavelmente de sua irmã". A terra, como acentua a Autora, constitui um elemento de circulação entre homens, restando à mulher um papel de intermediação.

Ao contrário das sociedades indígenas, estudadas pela Antropologia brasileira, entre os quais o celibato constitui uma fonte de estigmatização e de desprestígio, o mundo camponês chega mesmo a estimulá-lo numa tentativa de diminuir a competição pela terra. No Sul, uma forma de "expulsão" para o mundo urbano dos herdeiros não preferenciais é o estímulo das vocações clericais. "Os filhos que se tornam cléricos não recebem a herança." Os celibatários leigos vendem a sua parte para o ultimogênito. No caso das mulheres celibatárias, elas são agregadas ao grupo doméstico do irmão que assume o controle de sua terra. Em suma, o que o método comparativo permite é a constatação da existência de inúmeros consuetudinários — que guardam entre si princípios semelhantes — visando a preservação do

patrimônio rural. Estes sistemas mostram a inadequação para as sociedades camponesas de um Código Civil, constituído a partir de valores essencialmente urbanos.

Seguindo a melhor tradição dos estudos antropológicos, Ellen F. Woortmann trabalha com categorias culturais nativas, cujas identificações são importantes para a compreensão dos sistemas estudados. Assim é que, entre os colonos de Dois Irmãos, ela analisa a categoria *Keim*, uma propriedade que se transmite de pai para filho, de mãe para filha, e que define o caráter da pessoa. Existem indivíduos de *Keim* bom ou ruim; forte ou fraco. Essa é uma classificação que se torna importante no momento da escolha do cônjuge. Um homem de *Keim* fraco dificilmente terá condição de assumir com êxito a propriedade da terra. Uma mulher de *Keim* ruim não será uma boa dona-de-casa e, pior, pode comprometer a continuidade do tronco familiar, como está implícito no ditado coletado pela Autora: "Não se deve perguntar se gostarias ou não de ter alguém como tua mulher, mas sim se gostarias ou não de tê-la na tua família, como mãe de teus filhos". Em Lagoa da Mata, as categorias analisadas são os "de dentro" e os "de fora"; e analogamente a Dois Irmãos, os "fortes" e os "fracos". A primeira dicotomia revela a tendência para a endogamia, uma forma de evitar que, através do casamento, a terra passe dos "de dentro" para os "de fora".

Em ambos os casos, o sistema, quer seja pela homogamia dos colonos sulistas, ou pela endogamia dos sitiantes nordestinos, privilegia o casamento entre primos. Um primo, em Lagoa da Mata, é uma pessoa para a qual se pode entregar uma irmã ou mesmo vender um lote de terra. A Autora mostra que, neste caso, o que era preferência passou a ser uma prescrição. Entre os colonos de Dois Irmãos, a preferência é pela prima cruzada matrilateral. É a própria mãe do noivo que busca trazer para dentro de sua casa uma mulher que é "gente sua".

O casamento com primos não poderia passar despercebido para uma antropóloga que nasceu em Novo Hamburgo, uma antiga colônia alemã do Sul do Brasil e que, como conta na introdução de seu livro, viveu a sua infância e adolescência entre primos. O costume matrimonial que ela considerou como uma peculiaridade, própria de sua etnia de origem, e que despertou as suas preocupações antropológicas, ela reencontrou entre os camponeses de Sergipe. O casamento com primos é uma forte característica de sociedades onde o sistema de parentesco constitui o mais importante elemento de controle do comportamento

social. A sua presença nos dois casos estudados indica que a Autora escolheu o caminho mais direto para a compreensão dos grupos estudados. Com isto, o seu livro representa uma excelente demonstração que o estudo do sistema de parentesco — como acontece também com as sociedades indígenas — é o instrumento mais eficaz para a compreensão da sociedade camponesa.

Poderíamos terminar esta apresentação fazendo referência ao estudo comparativo dos nomes próprios, do compadrio, os outros aspectos importantes do livro, mas gostaríamos de nos ater à análise da importância que as fotografias representam para a perpetuação da memória genealógica dos colonos de Dois Irmãos. Colocadas no espaço público e formal da residência, além de honrar os antepassados, constituem uma forma de legitimidade da sucessão da casa. Concordamos com a brilhante constatação da Autora que “elas retratam aqueles que são estruturalmente significativos” (são muito raras as fotografias de filhos que migraram para a cidade), e, assim sendo, “as fotografias expressam estrutura e não sentimento”. Foi a perspicácia etnográfica da Autora que, com um olhar distanciado, apesar de sua proximidade cultural com os informantes, foi capaz de distinguir, nas fotografias, o registro gráfico do tronco familiar, quando apenas poderia ver nelas uma simples e nostálgica galeria de fotos similares.

A primeira parte do livro demonstra que Ellen F. Woortmann conhece a teoria antropológica. É este conhecimento que justifica o sucesso de seu empreendimento. Mas o seu brilho é dado pelo fato de que a Autora não se contentou com a realização de um trabalho antropológico *stricto sensu*. Ela buscou mais: fez de seu trabalho o *leibmotiv*, uma busca da compreensão de seus antepassados e, conseqüentemente, de seus próprios atos. Assim fazendo, misturou a competência com a emoção, tornando mais agradável a leitura de seu texto.

Roque de Barros Laraia

INTRODUÇÃO

Os estudos de parentesco têm sido um dos mais importantes campos da Antropologia, servindo mesmo, durante muito tempo, para construir sua identidade, na medida em que a análise das sociedades "primitivas" era considerada sua área de atuação, e na medida também em que tais sociedades eram pensadas como estruturadas pelo parentesco. Gradativamente, a Antropologia estendeu seus trabalhos às chamadas sociedades complexas e, entre elas, as camponesas, mesmo porque boa parte dos grupos indígenas se tornou camponesa.

O mundo camponês, enquanto tema das Ciências Sociais, era porém domínio dos sociólogos, economistas e historiadores, e a Antropologia do campesinato foi, em larga medida, influenciada por essa primazia. Talvez devido a essa influência, os antropólogos passaram a concentrar suas atenções na produção, ou nas relações entre camponeses e outros grupos sociais, fossem estes definidos como classes ou como elites. Em conseqüência, o estudo do parentesco parece ter-se tornado secundário.

No Brasil, a ênfase de muitas análises sobre o campesinato recaiu sobre o grupo doméstico, como unidade de produção e de consumo, e iluminou certas dimensões fundamentais da reprodução social, isto é, a reprodução, no tempo, da condição camponesa. Minha proposta neste livro é diferente: privilegio as relações que interligam grupos domésticos ou, melhor dizendo, famílias, pois pouco me ocupo dessas

unidades enquanto produtoras ou consumidoras, e muito me ocupo no que diz respeito a seus valores. Em outras palavras, busco compreender a reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco.

Minha proposta é relativamente original, mas certamente não inteiramente nova. Moura (1978) e Seyferth (1985) abordaram questões que também abordo aqui, relativas a grupos de camponeses brasileiros; Goody (1978) e Hammel (1968), assim como Bourdieu (1972; 1977) já haviam estudado o campesinato enfatizando o parentesco, ou algumas dimensões específicas deste, estabelecendo, inclusive, uma relação que considero fundamental: aquela entre a etnografia e a historiografia.

Como o leitor poderá ver, este estudo alia o trabalho de campo sincrônico com a reconstrução histórica. Esta última não se fez apenas a partir do uso de documentos ou de descrições do passado, mas através do próprio trabalho de campo, utilizando a "história oral", a memória dos grupos estudados.

A temporalidade é por mim tratada levando em conta, de um lado, a inserção desses grupos em processos macro-históricos (regionais, nacionais ou internacionais), e de outro, como construtores de sua própria história, inclusive de uma história-mito, e de uma micro-história. Para isso, lancei mão de histórias de vida de pessoas e de famílias, para poder entender e apreender a dinâmica dos grupos como um todo. O parentesco é aqui encarado, portanto, em sua temporalidade, e assim, "em contexto". A dimensão temporal contempla tanto os casamentos em seu conjunto, como cada casamento em particular, visto que a história de cada família encadeia os casamentos que realiza, em séries, onde cada evento afeta os demais. Não me filio, portanto, à abordagem formalizante que prescinde da temporalidade.

Há, porém, uma outra história a ser considerada: a minha própria. Apesar de ter nascido numa cidade, expressivo centro industrial-exportador, nasci, por outro lado, no interior do que foi o lote n.º 1 da antiga Colônia da Costa da Serra, hoje a cidade de Novo Hamburgo. Foi a primeira "colônia" daquela Colônia¹, doada a meus antepassados em 1824. Estes eram parte de um conjunto de imigrantes

¹ O termo *colônia* designa tanto a parcela onde se realiza o trabalho familiar quanto a região ocupada por imigrantes e seus descendentes. Em qualquer de seus sentidos, o termo se associa à família e ao trabalho.

alemães, dos quais muitos permanecem até hoje como camponeses, isto é, como colonos.

Minha socialização se deu num ambiente de parentesco e de valores familiares tradicionais. Lembro-me que, aos quinze anos, quando recebi as chaves de casa, como parte de um rito de passagem, foi-me repassada também uma obrigação: "cuida, não esquece que tens um nome a zelar", o nome "da família a que pertences". Por outro lado, vivi entre primos e tios, e cedo me foi inculcado o dever de reverenciar os antepassados, inclusive no cemitério — por sinal, doado por minha família à comunidade, mas reservando para si um "território" próprio. Meus companheiros de brinquedo eram primos; meus padrinhos principais eram tios. Primos eram também parte dos professores da escola primária e do secundário — onde me dediquei, entre outras coisas, à construção da "árvore genealógica" de minha família, já iniciada por parentes meus; e até mesmo quando me inscrevi no curso de graduação na Universidade, quem me atendeu foi um primo afastado, hoje também professor, o qual, pela memória genealógica, estabeleceu nossa conexão de parentesco. Aliás, foi ele que me levou a conhecer a nossa casa ancestral.

Durante o meu curso de graduação em História, sob a coordenação da Professora Helga Piccolo, realizaram-se as comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã, e fui convidada a integrar um projeto de pesquisa histórica relativa ao tema. Foi então que tomei contato, pela primeira vez, com a Colônia Dois Irmãos, uma das áreas camponesas aqui analisadas. Foi, ao mesmo tempo, a primeira descoberta de um "outro", colocado no passado e no mundo rural, mas que era, ao mesmo tempo, um "nós", pois o que eu buscava eram as "raízes".

Concluída a graduação, e mesmo durante ela, fui contudo desviada para a Arqueologia e cheguei até mesmo a publicar pequenos trabalhos nessa área. Todavia, não era essa a minha vocação; os colonos e os meus ancestrais me interessavam mais do que a cerâmica ou os objetos líticos. Já se havia desenvolvido, por outro lado, o interesse pela Antropologia. Resolvi, então, realizar uma ruptura, num duplo sentido: romper com a Arqueologia e tentar prosseguir minha formação em outro lugar, longe daquele de origem. Quis o destino que eu viesse para a Universidade de Brasília, o que afetou minha vida em mais de um sentido.

Minha intenção era de fazer a dissertação de mestrado tomando por tema os colonos teuto-brasileiros. Por isso, matriculei-me em

seminários que tinham o campesinato como objeto de discussão. Eram seminários conduzidos por meu então orientador, Professor Klaas Woortmann, que me dissuadiu de meu intento original. Convenceu-me a estudar primeiro um outro grupo camponês, de modo a poder melhor “estranhar”, quer dizer, “olhar com distanciamento” o universo teuto-brasileiro. Seria melhor, primeiro, tornar “familiar” outro universo, para mim “exótico”, e só então estranhar o que me era tanto mais familiar porque envolvia minha própria família. Concordando com a sugestão, acabei descobrindo que o exótico e o familiar eram, em boa medida, “aparentados”, isto é, tanto os sitiantes nordestinos que fui então estudar quanto os colonos eram camponeses. Quer dizer, revelaram-se variantes de um tronco sociológico comum, ou seja, de uma mesma matriz.

A leitura da bibliografia poderia ter ajudado o estranhamento dos colonos, mas a descoberta etnográfica direta teve maior impacto. Há uma enorme diferença entre *ler sobre* e *falar com* pessoas “estranhas”, vivenciar a alteridade; entre lidar com descobertas feitas por outros e descobrir por si mesmo. Indo para o Nordeste, tive que aprender a “ler” um mundo novo, a ouvi-lo, a senti-lo. Resultou daí minha dissertação de mestrado, relativa a sitiantes sergipanos. Descobri, depois, que os sitiantes nordestinos não eram tão diferentes dos colonos teuto-brasileiros, no plano das lógicas e das estratégias produtivas.

Daquele trabalho de campo em Sergipe resultou não apenas minha dissertação de mestrado, onde, como disse, analisei as estratégias produtivas, mas igualmente o material empírico que constitui parte da etnografia deste livro. O material, relativo ao parentesco, foi levantado paralelamente ao estudo da organização do *sítio* e de suas relações com a fazenda pecuarista.

O trabalho de campo em Sergipe foi realizado através de um convênio entre o INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) e a Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, e coordenado pelos Professores Klaas Woortmann, da UnB, e Maria Yedda Leite Linhares, da FGV (Fundação Getúlio Vargas). A primeira ida ao campo foi um fracasso; nem chegamos, de fato, ao campo. Fomos bloqueados em Aracaju. Isso ocorreu em 1979. A burocracia estadual, em parte temerosa em relação ao estudo, formalmente definido como de avaliação de um programa de extensão rural junto a pequenos produtores, e em parte embebida no espírito carnavalesco, alegou nada saber sobre a pesquisa.

Foi somente em meados de 1980 que o trabalho de campo se

concretizou, em sua primeira etapa. Mas alguma coisa já se havia modificado: o Professor Klaas Woortmann deixara de ser meu orientador, visto que se transformara no Klaas, meu marido. Fizemos, então, uma primeira viagem ao campo, com a duração aproximada de um mês. Visitamos vários municípios, estivemos em sindicatos de trabalhadores rurais, em agências da Emater e conversamos com vários sítiantes e arrendatários. Foi apenas um *survey* preliminar que, todavia, me possibilitou elaborar, de maneira mais sólida, meu projeto de dissertação de mestrado.

Ainda em 1980, e depois numa segunda etapa, em 1981, realizei o trabalho de campo propriamente dito, centrando-me em dois municípios: Itabi, próximo ao São Francisco, e Ribeirópolis, na região de Itabaiana. Contatos estabelecidos antes, ao mesmo tempo que serviram para abrir algumas portas, fechavam outras, notadamente as portas de Lagoa da Mata, pois ninguém ali era filiado ao sindicato nem se interessava pela extensão rural. E Lagoa da Mata, como se verá, constitui um dos núcleos etnográficos deste livro.

O parentesco impunha-se; podia-se sentir sua força a cada momento. Mesmo que a pesquisa tivesse outro objetivo, definido pelos órgãos que a financiaram, e que terminou por definir o tema central de minha dissertação de mestrado. Uma de minhas examinadoras, aliás, observou que o tema do parentesco como que queria entrar no texto, insinuando-se em vários momentos, mas era reprimido. Agora, sem repressão, ele ocupa o lugar central.

Em ambos os municípios mencionados, notei a recorrência de certos tipos de casamento, de nomeação e de herança, aos quais eu não conseguia resistir. Procurei, então, o padre de Ribeirópolis, pois este, certamente, deveria entender de casamentos, e ele me indicou Lagoa da Mata. Eu já havia me tornado, além disso, duplamente comadre de um casal: madrinha de casamento, primeiro e, minutos depois, do batizado de um filho que já havia nascido, mas que permanecia "pagão", pois o padre condicionou o batizado à sacralização prévia da união conjugal. Como comadre, consegui entrar mais no círculo de comentários, que também apontava Lagoa da Mata como um lugar de "gente fechada".

Entrar em Lagoa da Mata não foi, porém, fácil, e não apenas pela má qualidade dos caminhos, aliás galhardamente vencidos por uma valente camionete Brasília branca, de saudosa memória. Foi minha estréia *off the road*. O padre me havia recomendado uma professora primária, encarregada de uma escola naquele bairro rural, filha de lá

e casada com um primo paralelo, no caso, filho da irmã de sua mãe (mais adiante o leitor perceberá o significado desse casamento). Ela me deu água (morna), e algumas informações (frias), com cautela e bastante formalidade, e também com timidez, alegando que não era a pessoa indicada para falar sobre a história de Lagoa da Mata. Sugeriu que o melhor seria falar com Seu Davi, o patriarca do lugar.

Seu Davi tinha na época 91 anos de idade, mas, apesar de “ruim das oíça”, quer dizer, ouvia mal, possuía, além de grande vigor físico, uma ótima memória. Sua deficiência auditiva me forçava a elevar as entrevistas alguns decibéis acima do normal, mas essas entrevistas foram decisivas, inclusive porque removeram para segundo plano as questões relativas à produção, promovendo o parentesco a tema privilegiado. Descobri, inclusive, que o tema era privilegiado por eles mesmos, motivo de seu orgulho e de sua identidade, enquanto história diferenciadora em face de outras vizinhanças rurais.

Os primeiros contatos foram formais: conversas de sala de visitas, com pelo menos dez a doze pessoas presentes, pois estávamos em plena seca e havia pouco trabalho na roça. Essas entrevistas reproduziam o discurso oficial — “para antropólogo ouvir”, como diria Bourdieu (1977) — perante uma audiência que o controlava, ao mesmo tempo que legitimava o papel do patriarca como detentor da memória do grupo.

O gelo começou a derreter a partir de minha participação, a convite deles, numa missa e numa procissão ao redor da igreja que haviam construído², e destinada a obter as bênçãos celestiais para que viesse a chover. Mais do que as rezas, porém, o que efetivamente derreteu o gelo foi a “bênção” de seu Davi, que simpatizara comigo; ao me tratar através de *joking relationship*, como “Dona Maria do cabelo de milho”, todos rimos. O ritual de aceitação se completou quando Seu Davi me levou, num fim de tarde, a uma elevação de onde se descortinava, num ângulo de 360 graus, o Sítio dos Barreto. Com indisfarçável orgulho disse ele que “para todo lado que você olhar, aqui é tudo Barreto”.

O trabalho de campo levou-me também a outros sitiantes, como aos do bairro vizinho de Caienda, lugar de sitiantes *fracos*, em contraste com os *fortes* de Lagoa da Mata. Em todas as visitas fui sempre acompanhada por uma menina. Só depois vim a saber que “mulher de respeito não deve andar sozinha por aí, nas roças do povo”. Após

² A construção dessa igreja foi uma das condições para a obtenção das freqüentes dispensas, necessárias para casamentos entre parentes de graus interditos.

algum tempo, descobri a razão da preocupação de meus anfitriões: a roça, onde eu ia juntamente com homens para observar o processo de trabalho e as formas de consorciamento agrícola, não era o lugar apenas da reprodução econômica... ali se dava também, e não na casa, outro tipo de "consorciamento", para a reprodução biológica! A comunidade decidira, portanto, me proteger, mas seguramente também me controlar — e a seus homens.

Terminada minha dissertação de mestrado, ingressei no Programa de Doutorado, e comecei a trabalhar os dados relativos ao parentesco. Tendo conhecido os sítiantes do Nordeste, me senti mais habilitada a tratar dos colonos teuto-brasileiros, isto é, a passar do *outro* para o *nós*.

Escolhi o município de Dois Irmãos, por ser uma *colônia velha* que, contrariamente a Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom e outras, não se industrializara. Fundada em 1829, é uma das mais antigas "colônias-mães", hoje "tetra-vó" de colônias mais novas; por outro lado, naquela região começava a se verificar um fato novo: o deslocamento de fábricas, da cidade para o interior da colônia, em busca de mão-de-obra mais barata (que cobria em parte ela mesma seu custo de reprodução, como *peasant-worker*) e mais dócil. Imaginei que se tratava de um processo de transformação social e de desagregação que poderia ser contrastado à tradição.

Quando ainda estudante de graduação, fiz um levantamento documental dos casamentos em Dois Irmãos, mas, francamente, não sabia o que fazer com ele. Como menina, já lá havia estado, num sítio de veraneio de meu avô, e só quando fiz minha pesquisa de campo descobri que este sítio era um "crime", na opinião dos colonos mais antigos, por razões que o leitor descobrirá mais adiante.

Em 1984 iniciei o trabalho de campo. Meus primeiros contatos foram com os sindicatos de trabalhadores rurais, com padres católicos e pastores luteranos. Através desses contatos fui apresentada a vários colonos e por um deles fui levada ao Morro dos Bugres (*Bugerberg*), uma das *picadas* em que centrei meu trabalho³.

Morro dos Bugres, com sua igreja de interior todo trabalhado em madeira, datada de 1828, ainda retém muitas das antigas tradições,

³ O termo *picada*, ou *linha*, designa uma vizinhança rural, com sua igreja, escola e casa comercial. Originalmente, era uma picada aberta na mata, ao longo da qual se dispunham os lotes de cada colono. A *picada* tornou-se o padrão tradicional de organização espacial e social dos colonos. Hoje, os invasores de terras no Paraná, descendentes de colonos, procuram replicar esse mesmo padrão nas terras invadidas (Vianna, 1982).

mesmo que muitos jovens trabalhem hoje nas já mencionadas fábricas. Nessa localidade, estabeleci contato com o *Lehrer Moraes* (professor Moraes), antigo mestre-escola, patriarca de um tronco familiar e, de certa forma, patriarca de toda a comunidade, pois foi professor de “todo mundo aqui”. Ex-seminarista, não herdeiro que recebeu o estudo como compensação, adquiriu alguma terra de parentes, através de seu trabalho docente. Durante muitos anos trabalhou na roça das cinco até às sete horas da manhã e das duas da tarde até “o sol me mandar para casa”. O resto do dia era dedicado a cultivar o espírito das crianças. Identificou-se como sendo dos *Deutscher Moraes* (Moraes teuto-brasileiros), em oposição aos *Ploer Moraes* (Moraes luso-brasileiros), “que são bem outra gente”. Seus ancestrais eram parte de um grupo com nomes latinos, como Brentano, Ventura, Ponto etc.

Professor local por mais de cinqüenta anos, o *Lehrer Moraes*, como é respeitosamente chamado, tal como Seu Davi, é o responsável pela história oficial da comunidade, porque “ele sabe melhor as coisas dos tempos antigos e de hoje”.

O primeiro contato com ele foi também formal, e o fato de vir acompanhada por um seu ex-aluno, e de falar seu dialeto, de pouco me serviu, embora o domínio do idioma seja fundamental para o acesso aos colonos. Os laços foram estabelecidos quando, ao perguntar *von wem bist Du* (de quem tu és), o patriarca me identificou com um de meus avós, um *Musterreiter* (representante comercial) que lá esteve há quarenta anos. Como ele era “um homem de bem”, sua neta merecia confiança. Em outras oportunidades, fui também reconhecida socialmente através de minha genealogia. Após ser aceita pelos vivos, fui, em muitas casas, apresentada aos mortos, isto é, fui iniciada à galeria de fotografias de seus ancestrais. Se fui “localizada”, e positivamente classificada através de minhas relações de parentesco, isto significa que o campo se abriu para mim pela genealogia, porque este é um princípio organizatório desse grupo, e um modo de “mapear” pessoas de fora.

As fotografias são parte da memória genealógica. Localizadas na sala de visitas, elas se dispõem de forma padronizada: por cima da porta que liga a sala ao resto da casa localiza-se o casal fundador, ladeado de outros casais, numa ordem de gerações sucessivas. As fotografias são de apenas alguns membros do tronco familiar e sempre expressam uma relação. Não há fotos de indivíduos isolados. Por outro lado, é muito rara a presença de fotografias de filhos que migraram, pois elas privilegiam os que mantiveram a *Stammhaus*

(casa-tronco). Isto é, retratam-se os que são estruturalmente significativos, pois as fotos expressam estrutura, mais do que apenas sentimento.

Quando alguém entra numa casa de parente, onde não é pessoalmente conhecido, a relação fica estabelecida quando o recém-chegado identifica parentes comuns nas fotografias da sala. Para os colonos, as fotos, sempre colocadas no espaço público e formal da casa, são uma forma de honrar os antepassados e de legitimar a sucessão da casa. Expressam, por outro lado, o viés patrilinear do grupo, pois não se encontram retratados os pais da esposa, a não ser quando esta é parente patrilinear do marido. Nas casas mais antigas há maior número dessas fotografias rituais: numa delas contei 46. Já em outra casa, de construção mais recente, encontrei também um grande número: quando tiveram de se mudar para a casa nova, trouxeram consigo toda a galeria de antepassados. Mudou a casa, enquanto edificação, mas permaneceu a casa enquanto instituição.

O leitor certamente irá perceber que as etnografias são diferentes, quando comparar aquela relativa aos colonos do Rio Grande do Sul com a relativa aos sitiantes de Sergipe. Em primeiro lugar, o estudo dos colonos foi feito depois de terminado o dos sitiantes, com os olhos abertos para dimensões que a primeira etnografia ressaltou, depois de trabalhados os dados.

Em Sergipe a pesquisa foi realizada em plena época de seca. Além da crise em que a população foi colocada, se bem que menos em Lagoa da Mata, que não fica no sertão, a ausência da atividade agrícola significou a presença dos homens na casa. Em decorrência disso, temas como o da sexualidade não puderam ser tratados e o ponto de vista feminino foi relativamente minimizado. Por outro lado, em Lagoa da Mata eu era mais "estrangeira" do que entre os colonos, onde minha própria família também serviu de fonte de informação.

No Sul, ademais, há uma continuidade entre colonos rurais e população urbana e, entre esta última, muitas pessoas se preocupavam com a reconstituição de suas origens, colecionando documentos e publicando, localmente, as histórias e memórias de suas famílias. Esse material foi uma fonte importante de dados, inexistente no caso de Sergipe. É evidente que aquelas publicações, quase sempre apolo-géticas, devem ser consideradas com cuidado. No entanto, as genealogias nelas reproduzidas, assim como cartas de antepassados etc., me foram de grande utilidade.

Há um ponto de contato entre este texto e o de minha dissertação de

mestrado, pois em ambas enfoquei os modos pelos quais o campesinato resiste e se adapta às transformações que lhe são impostas. Na dissertação de mestrado enfoquei a questão a partir da organização da produção e agora, através do parentesco. Se as estratégias de produção são uma resposta a pressões externas, as transformações no parentesco também o são. No caso de Sergipe, produção, organização do *sítio* e parentesco são dimensões de um mesmo processo que possibilitou a reprodução social mais que secular do campesinato.

Ao estudar os colonos teuto-brasileiros, percebi que o processo era o mesmo, apesar de especificidades históricas diferentes. Aí não observei apenas o parentesco, mas também, ainda que de maneira secundária, certos aspectos da organização da *colônia*, equivalente ao *sítio*, e pude perceber as semelhanças. Essa transformação para não mudar, essa relativa plasticidade, que encontrei também em Sergipe, corresponde ao que os colonos chamam de *Widerstandsfähigkeit*, que poderia ser traduzido, aproximadamente, por capacidade de resistência, de adaptação. Baseia-se, no Sul como no Nordeste, no valor atribuído à família e ao trabalho familiar e na "lealdade" à tradição, mas, ao mesmo tempo, na dinâmica conservadora de sua organização social.

Este estudo tem, então, uma dimensão pessoal. O *leitmotiv* deste trabalho, o parentesco e a família, corresponde também a um *liebmotiv*, um motivo interior, o de compreender aqueles dos quais descendo, ao qual se pode ainda acrescentar um *liebmotiv*, quer dizer, um motivo de amor ao que se está fazendo.

Em minha análise uso a comparação e descubro, mais do que diferenças, semelhanças. Em vez de comparar "traços" discretos, procuro comparar sistemas, dando sentido a cada "traço" no interior da totalidade a que pertence, e como constituinte de um todo, no sentido de uma relação de hierarquia em face dos indivíduos.

Para dar sentido à minha análise, inicio com uma discussão das teorias do parentesco e do campesinato, procurando articulá-las entre si para contextualizar minha etnografia no corpo teórico da Antropologia. Em seguida analiso os dados etnográficos e historiográficos, dividindo-os em duas partes, relativas aos colonos do Sul e aos sítiantes do Nordeste. Elas são organizadas em capítulos que obedecem a uma mesma seqüência textual, tratando de temas que se repetem nas referidas partes, porque se repetem no universo social e no imaginário dos dois grupos estudados — a história e os mitos; as categorias de parentesco; os padrões de casamento e herança; o compadrio e a

nominação. Distintas no plano empírico, remetem a uma matriz camponesa única, e são igualmente centrais em suas práticas de reprodução social.

Este trabalho, cuja versão original foi minha tese de doutorado, foi o fruto de um esforço individual, mas foi igualmente o resultado do apoio e da solidariedade de muitos. Meus próprios mortos, meus antepassados, por serem *Ehrenleute* (pessoas honradas) possibilitaram a constituição de uma intersubjetividade entre mim e os vivos no campo. A eles também, por terem mantido tradições por mim internalizadas, devo parte do que aqui apresento. Honro os meus mortos, agradecendo-lhes aqui, juntamente com os agradecimentos aos vivos que me ajudaram. Entre estes, os sitiantes de Lagoa da Mata, que me possibilitaram estranhar meu próprio mundo, desnaturalizando o que eu havia internalizado, e tornando "antropológica" minha experiência profissional.

Em Sergipe, devo muito a Seu Davi, mas também a Dona Lai, com quem até hoje me correspondo, a Dona Genara, a Dona Purezinha, a Seu José de Carolindo, e muitos outros. No Sul, sou devedora a Frau Kruse, Frau Boll, Tante Wilma, ao Lehrer Moraes, ao Padre Weber, aos Olbermann, aos Closs, e tantos outros.

Acredito que não os teria conhecido, ou contactado em pesquisa sobre parentesco, se não tivesse, há muito tempo, traçado minha própria árvore genealógica, como parte das aulas dos professores Kurt G. Schmeling e Telmo L. Müller, e se não tivesse, com o Pe. Ignacio Schmitz, entrado pela primeira vez no fascinante mundo dos diagramas de parentesco dos colonos.

No plano mais doméstico, agradeço o apoio de meus pais, que, enquanto realizava a pesquisa entre os colonos, sempre me incentivaram, enviando publicações locais e participando, assim, de minha pesquisa. Agradeço ao Klaas, interlocutor estimulante, que esteve comigo durante parte do trabalho de campo, mas sobretudo, ao Klaas marido-companheiro, por ter me aturado estoicamente durante minha "neurose de tese". Aliás, parte da neurose de tese deveu-se à dívida que contraí com meus filhos, Marcos e Mário, pelo tempo em que fui mais antropóloga que mãe, analisando mais o passado e o presente de outros, e estando menos presente na vida deles.

Devo muito àqueles que se dispuseram a discutir aspectos de minha análise, como as Professoras Mariza Correa e Elza Berquó. Foi-me muito importante o apoio e o espírito crítico da Professora Mireya Suarez, que me ensinou a construir a etnografia, desconstruindo o

discurso naturalizado; e o Professor Roque B. Laraia, meu orientador no doutorado, com quem descobri a teoria e o mundo mais amplo do parentesco.

Finalmente expresse meus agradecimentos aos que examinaram o conteúdo deste livro, ainda em sua versão como tese e me estimularam a publicá-la: Professora Ligia Sigaud, Professora Giralda Seyferth, Professora Lia Zanotta Machado, Professor Julio Cezar Melatti.

São dívidas-dádivas que dificilmente poderei retribuir.